

Álvaro Vieira Pinto: uma análise de suas ideias pedagógicas

Álvaro Vieira Pinto: analysis of his pedagogical ideas

Álvaro Vieira Pinto: un análisis de sus ideas pedagógicas

Jefferson Mainardes*

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

RESUMO

O artigo apresenta uma análise das ideias pedagógicas do filósofo e educador brasileiro Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987), a partir de suas obras. Argumenta que as ideias de Vieira Pinto sobre o conceito de educação, concepções ingênua e crítica de educação, alfabetização de adultos, relação pedagógica, teoria pedagógica e reforma universitária são ainda atuais e relevantes. O artigo apresenta também uma breve biografia de Álvaro Vieira Pinto e um histórico do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, onde ele desenvolveu uma parte significativa do seu pensamento e algumas de suas principais obras.

Palavras-chave: Álvaro Vieira Pinto. ISEB. Ideias pedagógicas.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the pedagogical ideas found in the works of Brazilian philosopher and educator Álvaro Vieira Pinto (1909-1987). We argue that Vieira Pinto's notions of education, adult literacy, pedagogical relationship, pedagogical theory, university reform and his differentiation between a naive and a critical conception of education are still of interest and relevant today. We also present a brief biography of Vieira Pinto and a short history of the Brazilian Institute of Higher Studies – ISEB, where Pinto developed a significant part of his ideas and some of his most important work.

Keywords: Álvaro Vieira Pinto. ISEB. Pedagogical ideas.

RESUMEN

El artículo presenta un análisis de las ideas pedagógicas del filósofo y educador brasileño Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) a partir de sus obras, argumentando que sus ideas sobre el concepto de educación, concepciones ingenuas y crítica de la educación, alfabetización de adultos, relación pedagógica, teoría pedagógica y reforma universitaria son, todavía, actuales y relevantes. El artículo presenta también una breve biografía de Álvaro Vieira Pinto y un historial del Instituto Superior de Estudios Brasileños – ISEB, donde él desarrolló parte significativa de su pensamiento y algunas de sus principales obras.

Palabras-clave: Álvaro Vieira Pinto. ISEB. Ideas pedagógicas.

Introdução

Honrar um pensador não é elogiá-lo, nem mesmo interpretá-lo, mas discutir sua obra, mantendo-o, dessa forma vivo e demonstrando em ato que ele desafia o tempo e mantém sua relevância.

Cornélius Castoriadis (1985, p.7)

Este artigo tem por objetivo analisar as principais ideias pedagógicas do filósofo e educador brasileiro Álvaro Vieira Pinto. Baseia-se no relatório final da pesquisa **“Reconstrução histórica da vida e obra de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987)”** (MAINARDES, 1992)¹. A pesquisa envolveu a elaboração da biografia e bibliografia do autor e da história do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), análise das obras de Álvaro Vieira Pinto, coletânea de depoimentos de ex-colegas e ex-alunos do ISEB e ainda o levantamento das obras sobre o ISEB, bem como dos **Cadernos do Povo Brasileiro**, publicados em 1962 e 1963 pela Editora Civilização Brasileira.

O ponto de partida da referida pesquisa foi a constatação de que, apesar da importância de Álvaro Vieira Pinto para o pensamento educacional e filosófico, no final da década de 1980 e início da seguinte as ideias do filósofo eram pouco conhecidas e disseminadas. Posteriormente, com a publicação de duas obras inéditas do autor, em 2005 e 2008², bem como de novos estudos sobre Álvaro Vieira Pinto (FREITAS, 1998, 2006; SOUZA, 1999; DIAS, 2002; DIAS; ARAÚJO, 2002; CÔRTEZ, 2003; MARTINI, 2008; CAMPOS, 2011; PENNA, 2011; COSTA E SILVA, 2011, 2013; BARBOSA E SILVA, 2012; FÁVERI, 2012, 2014; QUELUZ; MERKLE, 2012; LIMA, 2013, 2015a, 2015b; MAIA, 2013; LIMA; MICHELOTTO, 2015; entre outros), a difusão e o emprego das ideias desse autor foram retomados³.

Neste artigo, inicialmente apresentamos uma breve biografia, o histórico do ISEB e na sequência uma análise das principais ideias pedagógicas de Álvaro Vieira Pinto.

Dados biográficos: a trajetória do “Mestre Brasileiro”

O exilado vive uma realidade de empréstimo
(Álvaro Vieira Pinto)

Álvaro Borges Vieira Pinto nasceu em 11 de novembro de 1909, na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. Realizou seus estudos iniciais no Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, concluindo o curso secundário em 1926. Decidiu estudar Medicina, sendo aprovado no Concurso vestibular para a Faculdade Nacional de Filosofia mesmo sem ter realizado nenhum curso preparatório. Formou-se em 1932 e tentou fazer clínica em Aparecida-SP, mas não obteve sucesso. Voltou para o Rio de Janeiro, onde começou a trabalhar com Miguel Osório de Almeida, professor Honoris Causa das Universidades de Paris,

¹ O relatório completo da pesquisa pode ser localizado em www.researchgate.net. Agradeço as contribuições de Acir da Cruz Camargo, Ernani Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré no desenvolvimento da referida pesquisa.

² Em 2005, a Editora Contraponto publicou os dois volumes de “O conceito de tecnologia” (PINTO, 2005) e, em 2008, “A sociologia dos países subdesenvolvidos” (PINTO, 2008). Marília Barroso, Orsely Guimarães Ferreira de Brito e José Ernesto de Fáveri desempenharam um papel fundamental na localização das obras e na sua publicação (FÁVERI, 2008).

³ No site do Centro de Estudos sobre Álvaro Vieira Pinto há um significativo acervo sobre as obras de Álvaro Vieira Pinto e de trabalhos sobre ele (https://www.zotero.org/groups/alvaro_vieira_pinto/items)

Lyon e Argel, graças a suas pesquisas sobre o câncer. Na época em que trabalhou naquele laboratório, Álvaro escreveu uma série de nove artigos sob o título “Estudos e pesquisas científicas” publicados nos números 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8 do ano de 1941 e nos números 12 e 14 do ano de 1942 da Revista Cultura Política - Revista Mensal de Estudos Brasileiros⁴, todos dedicados às práticas científicas no Brasil (PINTO, 1941, 1942).

Nesses artigos, Vieira Pinto propõe-se focalizar a evolução dos estudos e pesquisas científicas realizados no Brasil. No artigo inicial, salienta os avanços da área, o estímulo e amparo que os novos cientistas brasileiros estavam encontrando no poder público, o esforço dos pesquisadores e a importância da pesquisa científica no Brasil. Sua sede de saber não se contentou com as demoradas e incertas descobertas de laboratório. Tomou os caminhos da teoria do conhecimento e, com a tese “Ensaio sobre a dinâmica na cosmologia de Platão”, em 1950, conquistou a cátedra de História da Filosofia da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Na Faculdade Nacional de Filosofia, Álvaro já lecionava desde 1940, inicialmente ministrando cursos sobre Lógica Matemática e sendo posteriormente nomeado professor adjunto em História da Filosofia. Embora não tenha cursado Filosofia no que hoje entendemos por Ensino Superior, Álvaro estudara muito em livros e fez um curso de Filosofia no Colégio Santo Inácio com a duração de um ano. Depois de vários anos na Faculdade Nacional de Filosofia, Álvaro estudou na Universidade de Sorbonne. Na França, em 1949, Álvaro já tinha em mente o tema da tese e lá realizou duas conferências sobre esse tema, que foram à época bastante discutidas e comentadas. Recolheu material em Paris e elaborou a tese no Brasil, apresentando-a em 1951, quando prestou concurso e foi aprovado e nomeado professor catedrático. Retornou ao Brasil em 1950, reassumindo a cadeira de História de Filosofia de que já era professor adjunto. Na mesma época interrompeu o trabalho no laboratório por não concordar com a transformação deste em Instituição privada.

Na entrevista concedida a Dermeval Saviani e que faz parte da introdução do livro **Sete lições sobre educação de Adultos** (PINTO, 1989), Álvaro explica que a orientação filosófica desenvolvida nos cursos era exclusivamente pragmática. Utilizava manuais da filosofia comum, idealista, mas sempre num nível superior e elevado. A partir de 1955, quando entrou para o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, convidado por Roland Corbisier, Álvaro afirma ter passado para uma orientação mais objetivista, menos idealista, deixando de lado a forma clássica de ensinar História da Filosofia. Nessa mesma entrevista, Álvaro confirma que chegou a assumir posições existencialistas. Vieira Pinto aceitou o convite de Corbisier para a chefia do Departamento de Filosofia do ISEB após alguma hesitação, porque na mesma oportunidade recebeu o convite de Euryalo Canabrava para participar da elaboração de um dicionário filosófico.

Além da sua formação em Medicina e Matemática Superior e Filosofia (estudada no Colégio Santo Inácio), Álvaro dominava várias línguas: o inglês, o francês e o latim, aprendidas no Colégio Santo Inácio; o grego, o russo, o alemão, o espanhol e o italiano. Em 1964, quando esteve exilado na Iugoslávia, estudou o servo-croata.

A partir de 1956, quando ministrou a aula inaugural do curso regular do ISEB com o tema “Ideologia do desenvolvimento nacional”, a biografia de Álvaro confunde-se com a História deste Instituto que passou a ser a sua vida⁵. Nesta aula inaugural, ministrada na presença do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Vieira Pinto contribuiu para uma melhor interpretação da ideologia do

⁴ Revista editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP de 1941 a 1945, dirigida por Almir de Andrade e publicada no Rio de Janeiro e São Paulo.

⁵ A aula inaugural foi publicada em 1956 pelo ISEB e reeditada várias vezes.

desenvolvimento. No ISEB, Álvaro foi diretor do Departamento de Filosofia de 1956 a 1960, chegando a dirigir o Instituto no período de 1960 até seu fechamento pelo golpe militar de 1964. No ISEB, Álvaro assistia às aulas de todos os outros professores: Inácio Rangel, Guerreira Ramos, Helio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier. Passou assim a interessar-se ainda mais pelas Ciências Sociais. Foi no seu período isebiano que Álvaro escreveu as mais de mil páginas de **Consciência e Realidade Nacional** (PINTO, 1960a, 1960b), considerada por Corbisier a obra mais importante escrita no Brasil sobre o Brasil.

Em 1962 publicou o livro **A questão da universidade**, escrito a pedido da União Nacional dos Estudantes – UNE e que serviu de instrumento de luta da juventude brasileira na década de 1960. Nesta obra, reeditada em 1986, afirma que “não existe, por conseguinte, o problema da reforma universitária, mas o da reforma da sociedade, a qual se manifestará, num de seus aspectos, com o surgimento de nova espécie da universidade” (PINTO, 1986, p. 97). Também no ano de 1962, publicou **Por que os ricos não fazem greve?** (PINTO, 1962), obra extraordinariamente elucidativa sobre a relação capital-trabalho, que fez grande sucesso na época. Em 1963, publica o artigo “Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento”, na **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (PINTO, 1963).

Em 1964, a fúria do golpe do militar atingiu o ISEB, que teve sua sede invadida e posteriormente fechada. Em 13 de junho de 1964, Álvaro teve seus direitos políticos cassados.

Casa-se em 12 de junho do mesmo ano com Maria Aparecida Fernandes, que havia sido Secretária Geral do Iseb, e em outubro do mesmo ano parte para a Iugoslávia onde instala-se em Split e Dubrovnik (Ragusa), no Mar Adriático. Na Iugoslávia, Álvaro estudou o servo-croata, que facilitava o acesso a notícias do Brasil pelos jornais. Apesar de estudar a língua, ficou totalmente inativo e em 1965, por sugestão de Paulo Freire, seguiu com a esposa para o Chile.

No Chile, em 1966, Álvaro realizou conferências organizadas por professores do Ministério da Educação, juntamente com Paulo Freire. Além das conferências e cursos para professores, Álvaro realizou trabalhos de tradução para o CELADE (Centro Latino Americano de Demografia)⁶. Para este órgão da ONU, Álvaro escreveu o livro **El pensamiento crítico en demografía** (PINTO, 1973), o qual afirma, na entrevista concedida ao Professor Saviani, em 1981, ser um livro de grande significado e importância para o seu pensamento. Quando concluiu o livro, no ano seguinte (1967) a Diretora do CELADE ofereceu-lhe contrato para que escrevesse outro. Foi neste período que escreveu **Ciência e existência** (PINTO, 1985), cuja publicação não interessou ao CELADE e veio a ocorrer em 1969, pela Editora Paz e Terra, após o retorno do filósofo e sua esposa ao Brasil.

Retornando ao Brasil em 8 de setembro de 1968, empenhava-se em manter-se isolado. Dedicou-se exclusivamente à tarefa de redigir novas obras e continuar outras, deixando um conjunto de obras até agora inéditas. Entre estas encontram-se: **Filosofia Primeira**, vários volumes sobre “Tecnologia”; **A educação para um país oprimido**; **Considerações éticas para um povo oprimido**; **A sociologia do povo subdesenvolvido** e **A crítica da existência**. Na entrevista de 1981, Vieira Pinto afirmou que desejava que os jovens professores pudessem cuidar de suas obras e publicar o que merecesse ser publicado. Somente 18 anos após a sua morte é que duas obras foram localizadas e publicadas, **O conceito de tecnologia**, em 2005 e **A sociologia dos países subdesenvolvidos**, em 2008.

Após uma trajetória intelectual brilhante e produtiva, Álvaro Vieira Pinto morre aos 78 anos de idade, no dia 11 de junho de 1987. Por ocasião de morte, alguns intelectuais publicaram obituários. Logo em seguida à morte do filósofo, Roland Corbisier publicou, no Jornal do Brasil, o artigo intitulado “Morte de um sábio”, no qual afirma que Vieira Pinto foi um dos poucos brasileiros que lhe deram a impressão

⁶Por exemplo, a tradução do livro *Criticas de las teorías y la política burguesas de la población* (SMULEVICH, 1971).

de genialidade e acrescenta que ele merecia o título de “sábio” (CORBISIER, 1987). Claudio Bojunga publicou também um artigo no mesmo jornal, lamentando o silêncio da morte do filósofo, comentando o fato de que Vieira Pinto trocou a brilhante carreira acadêmica pela aventura de uma reflexão inédita e polêmica sobre o Brasil. Preferiu o “risco do fracasso à láurea gelada do reconhecimento universitário” (BOJUNGA, 1987, p. 10)⁷.

Em dois artigos publicados na **Revista Educação e Sociedade** e na **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Dermeval Saviani (SAVIANI, 1987a, 1987b) também prestou seu “tributo” a Vieira Pinto. Neste artigo, Saviani diz que o filósofo foi ao mesmo tempo profundo e erudito. Considerado como uma das inteligências mais brilhantes já surgidas em nosso país, “soube aliar a amplidão de erudição às responsabilidades do intelectual comprometido e identificado com as mais legítimas aspirações da sociedade brasileira” (SAVIANI, 1987a, p. 149). Diz Saviani que a morte do educador e filósofo “acontece em meio do desconhecimento senão à indiferença da intelectualidade e da opinião pública em geral” (SAVIANI, 1987a, p. 149).

O ISEB e a sua história (1955 - 1964)

O ISEB foi criado em julho de 1955, no governo Café Filho, quando Candido Mota Filho ocupava o Ministério da Educação, e extinto em 13 de abril de 1964 pelo Decreto nº 53.884 assinado por Paschoal Ranieri Mazzili que respondia, provisoriamente, pela Presidência da República, após a deposição de Goulart. Segundo Jaguaribe (1979), o ISEB teve como antecessores imediatos o grupo de “5ª Página”, que mantinha em 1949 o equivalente a um suplemento cultural na quinta página do **Jornal do Comércio**, aos domingos, e também o “Grupo de Itatiaia” e o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP.

O Grupo de Itatiaia tornou-se conhecido por essa designação pelo fato de que seus integrantes se reuniam na Sede do Parque Nacional de Itatiaia, no último fim de semana de cada mês, a partir de 1952. O grupo era formado por intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os estudos e debates do grupo orientavam-se no sentido de tentar uma integração entre uma compreensão geral da problemática sociocultural da época e uma compreensão econômica, social, cultural e política da realidade brasileira. A experiência do Grupo de Itatiaia foi marcada pela dicotomia de enfoque e de tendências ideológicas diversas. O resultado foi o de se configurar, para o grupo carioca, a necessidade de dar maior sistematicidade a esses estudos, por meio da criação de um centro de caráter permanente.

Assim, em 1953, os cariocas do Grupo de Itatiaia fundaram o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) tendo como Secretário Geral Helio Jaguaribe e do qual fizeram parte

⁷ Bojunga (1987) refere-se no artigo a uma homenagem a Álvaro Vieira Pinto, realizada em 28/07/1987 no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Participaram da homenagem ao Mestre Brasileiro os colegas Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes de Almeida e Wanderley Guilherme dos Santos. Nesta reunião, Corbisier disse que, ao desistir de realizar uma enciclopédia filosófica e aceitar o convite do ISEB, nascia um novo Vieira Pinto. A partir de *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1956), tornou-se um dos principais ideólogos daquele Instituto. Werneck Sodré prestou sua homenagem ao erudito que se transformou em sábio no momento em que se abriu   realidade política e social do país, desenvolvendo uma teoria da sociedade brasileira. Wanderley Guilherme dos Santos falou de forma sucinta e emocionada sobre a importância das parentelas ideológicas e elogiou o rigor, a precisão e a disciplina de Vieira Pinto. Cândido Mendes de Almeida abordou a obra de Vieira Pinto de forma filosófica. Em sua opinião,  lvaro “desafrancesou” o pensamento brasileiro, superou as grandes sínteses setoriais dos anos 30, tornou obsoletos os resquícios do estilo “belle  poque”. Inscrevendo-se na linhagem de uma “ilustra o real”,  lvaro Vieira Pinto teria teorizado a categoria do povo “para si”, formulando um nacionalismo que não era mais de classe (MAINARDES, 1992).

economistas e sociólogos (Cândido Mendes, Guerreiro Ramos, Oscar Lorenzo Fernandez, Israel Klabin, Ignácio Rangel, José Ribeiro Lira, Cleantho de Paiva Leite, Cid Carvalho, Fabio Breves, Ottolmy Strauch, Heitor Lima Rocha, Helio Jaguaribe). Dos paulistas do grupo de Itatiaia, somente Roland Corbisier entrou para o novo instituto.

O IBESP manteve de 1953 a 1955 uma intensa atividade intelectual, organizando cursos e conferências, publicando textos e editando 5 números da **Revista Cadernos do Nosso Tempo** (de 1953 a 1956), a qual visava a elaborar um “diagnóstico da sociedade brasileira e a fazer reconhecer a urgência de uma planificação econômico-social e, desse modo, da racionalização do aparelho do Estado”. Os intelectuais do IBESP não pretendiam ser “pensadores” como os do passado, que acreditavam na eficácia das ideias, tampouco militantes políticos. Para Schwartzman, em seu prefácio à reedição de alguns artigos de **Caderno do Nosso Tempo**, pela primeira vez, “um grupo intelectual se propõe a assumir a liderança na política nacional por seus próprios meios” (SCHWARTZMAN, 1979, p. 4).

Apesar de contar com o apoio do Ministério da Educação (instalações para cursos e ajuda financeira para a revista), o crescente peso econômico que recaía sobre o grupo ameaçava tornar inviável a iniciativa. Segundo Jaguaribe (1979), foi a partir desta dificuldade que se decidiu encontrar uma forma pública para o Instituto. A oportunidade apresentou-se quando o Ministro da Educação Antonio Balbino e seu Chefe de Gabinete Gilberto Amado aceitaram a ideia de constituir um equivalente brasileiro ao Collège de France ou, em termos latino-americanos, ao Colégio de México. Após a morte de Getúlio Vargas e sua substituição provisória por Café Filho, que designa Ministro de Educação o professor Cândido Motta Filho, a iniciativa parece ficar comprometida. O novo ministro, porém, resolve dar continuidade ao projeto de criação do “Colégio do Brasil”, surgindo, no âmbito do Ministério da Educação, por Decreto Presidencial de julho de 1955, um conjunto de atividades de estudo e ensino, com plena autonomia de pesquisa e de cátedra, sob a denominação de Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.

No ISEB reencontraram-se a maioria dos membros do IBESP, e foi recrutado Álvaro Vieira Pinto, então na Faculdade de Filosofia, para integrar o novo Instituto. A direção foi atribuída a Roland Corbisier e foram criados os Departamentos de Filosofia, História, Economia, Sociologia e Ciências Políticas colocados, respectivamente sob a responsabilidade de Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Ewaldo Correia Lima, Guerreiro Ramos e Helio Jaguaribe. Segundo Sodré (1978), essa composição ampla e heterogênea refletia o desejo do grupo de Itatiaia de realizar a mobilização da intelligentsia brasileira, ou daquilo que se supunha como tal, para, sob sua direção, “formular um pensamento político que, na falta de um melhor nome, se batizou então de “ideologia do desenvolvimento” ” (p. 14).

O ISEB era dirigido por um colegiado, o Conselho Curador, que foi integrado inicialmente por Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Junior, Helio Brugos Cabral, Helio Jaguaribe, José Augusto de Macedo Soares, Nelson Werneck Sodré, Roberto Campos e Roland Corbisier. O ISEB iniciou suas atividades no mesmo ano de sua constituição, com um curso de “Introdução aos Problemas Brasileiros”. Funcionou, inicialmente, no edifício do próprio Ministério, usando o auditório para suas aulas, enquanto o prédio que o abrigaria a partir de 1957 – Rua das Palmeiras, 55, em Botafogo – passava pelos reparos destinados a adequá-lo às necessidades da Instituição. O prédio da Rua da Palmeiras, uma bela casa colonial, cercada por um bonito parque, abrigou o Instituto até a sua dissolução em 1964. Posteriormente, passou a ser o Museu do Índio.

Em 1956, com o início do Governo Kubitschek, o ISEB alcançou nova etapa, com atividades mais estáveis e estrutura mais firme. Nesse mesmo ano, o ISEB lançou o seu livro inaugural: **Introdução aos problemas brasileiros**, reunião de conferências pronunciadas em curso homônimo no segundo semestre de 1955. A obra divulgava junto a um público ampliado as conferências de Guerreiro Ramos, Alexandre Kafka, Ewaldo Correia Lima, Rômulo de Almeida, Djacir Meneses e Temístocles Cavalcanti, Roland

Corbisier, Roberto Campos e Nelson Werneck Sodré, marcando a heterogeneidade inicial do ISEB. Em março de 1957, a direção do ISEB programou uma série de conferências a serem realizadas em São Paulo, em maio, sob o patrocínio do Centro e da Federação das Indústrias. Além de Vieira Pinto, estavam dentre os conferencistas Nelson W. Sodré, Corbisier, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Helio Jaguaribe e outros. As conferências constituíram grande sucesso, com larga repercussão na imprensa, por força do prestígio da Federação das Indústrias, que assegurava inclusive a publicação dos textos em jornais. Houve reação da Imprensa, com publicações em tom crítico sob o Instituto e sobre o conteúdo destas conferências.

Em 1960, Cândido Mendes candidata-se à sucessão na diretoria do ISEB, porém seu nome não foi bem aceito, principalmente pela UNE. O Ministro da Educação designa assim Álvaro Vieira Pinto para assumir o cargo. Com a nova gestão, o ISEB passa a contar com novos professores e assistentes, como Osny Duarte Pereira, Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins, Helga Hoffman, Pedro Uchoa e Carlos Lessa. São os temas relacionados com as reformas de base que ganham proeminência, tanto nos cursos regulares quanto nos extraordinários. Em 1961, o ISEB participa da “campanha pela legalidade”; em 1962, da luta pelo Presidencialismo. Os professores do ISEB publicam um folheto esclarecedor intitulado “Por que votar contra o Parlamentarismo no plebiscito?”, quando da campanha pela realização de plebiscito que liquidou, por maioria esmagadora, a vigência do regime parlamentarista.

O ISEB ingressa em uma nova etapa quando sua atividade assume um caráter explicitamente político ao lado da esquerda radical. Privado do seu financiamento essencial, o Instituto reduziu suas atividades de ensino e publicações; dentre estas, destaca-se no período a participação em diversas edições dos **Cadernos do Povo Brasileiro**. Publicados pela Editora Civilização Brasileira entre 1962 e 1963, os Cadernos visavam colocar, em linguagem simples, as grandes questões do momento ao “alcance” do povo; seus autores, em grande parte, pertenciam aos quadros do ISEB ou eram presenças frequentes no Instituto: Álvaro Vieira Pinto escreveu “Por que os ricos não fazem greve?”, Nelson Werneck Sodré: “Quem é o povo no Brasil?”, Osny Duarte Pereira: “Quem faz as leis no Brasil?”, Wanderley Guilherme dos Santos: “Quem dará o golpe no Brasil?”.

Outra publicação que leva a marca do ISEB em seu último período foi **História Nova do Brasil**, constituída de cinco monografias, publicadas pelo Ministério da Educação, em março de 1964, que foi escrita por membros do Departamento de História do ISEB, sob a orientação de Nelson Werneck Sodré. A última publicação oficial do ISEB foi **Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil**, de Wanderley Guilherme que, na época, dirigia o Departamento de Filosofia. O ISEB exerceu influências sobre os Centros Populares de Cultura (CPCs) tendo Carlos Estevam Martins, professor do Instituto, redigido o Manifesto do Centro Popular de Cultura.

Após o golpe militar de 64, a sede do ISEB foi invadida e depredada⁸ e o Instituto extinto oficialmente pelo Decreto nº 53.884 de 13 de abril de 1964, assinado por Ranieri Mazzili. Werneck Sodré (1978) narra que a extinção foi precedida por uma campanha contra o ISEB desenvolvida de 1961 a 1963, com inúmeras publicações em jornais que apontavam severas críticas às atividades e ideias oriundas do

⁸ Sobre a invasão no ISEB, Sodré comenta que o Instituto foi invadido e depredado em 12 de abril de 1964: “cenário de vandalismo foi completo: rasgaram livros e quadros, estriparam poltronas, quebraram mesas e cadeiras, arrombaram portas e gavetas, subtraíram livros e carregaram tudo aquilo que poderia servir de informação de vastíssima conspiração comunista, orientada diretamente por Moscou, que se pretendeu depois provar ter ali sede. (...) De contrapeso, os saqueadores levaram para o DOPS (Delegacia de Ordem Social e Política) os três funcionários do ISEB ali encontrados: o copeiro, o zelador e o contínuo. Permaneceram ali 40 dias. Mario Lago os encontrou e conta, em seu excelente livro, como os viu. Foram postos em liberdade sem serem interrogados. Não saberiam o que responder. Até hoje, no olhar desses homens, permanece a singular nota do espanto que sofreram” (SODRÉ, 1986, p.122).

Instituto. Caracterizado como “subversivo”, instaura-se sobre o ISEB um Inquérito Policial Militar (IPM), que teve duas fases. Na primeira tratou-se especialmente daquela Instituição de Cultura. A segunda envolveu três ex-Presidentes da República, ex-Ministros da Educação, parlamentares, professores, escritores, cineastas, teatrólogos, estudantes, dirigentes sindicais, editores, advogados, enfim um grande grupo de pessoas que estiveram ligados ao ISEB. O IPM do ISEB atingiu dimensões gigantescas⁹ e nele dois pontos mereceram especial atenção: a publicação pelo ISEB de folheto esclarecedor na campanha pela realização do plebiscito “Presidencialismo – Parlamentarismo” e o fato de ter o ISEB realizado cursos e conferências em entidades civis, estudantis e sindicais. O Instituto foi definido em seu Regulamento Geral (Art. 12) como

[...] um centro de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente com o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e compreensão crítica da realidade brasileira, visando a elaboração de instrumento teóricos que permitam o incentivo e a formação do desenvolvimento nacional. (Regulamento Geral do ISEB – Decreto nº 37.068 de 14.07.55).

Para alcançar esses objetivos, claramente definidos no Decreto que o criou, o ISEB realizou estudos e pesquisas, cursos e conferências, editou obras nacionais e estrangeiras. Em uma entrevista de 1957, Roland Corbisier esclareceu que

[...] não se pretende ensinar as ciências sociais da mesma maneira e com as mesmas intenções com que são ensinadas em nossas escolas e Faculdades. (...) Nesta tarefa, procuramos compreender o processo histórico e social de nosso país dos diferentes pontos de vista e se diagnosticar seus problemas, porque entendemos que a formulação desse diagnóstico é a condição indispensável à formulação de uma política nacionalista. (CORBISIER, 1978, p. 273)

Afirmou ainda, na referida entrevista, que o ISEB estava longe de ser um “órgão acadêmico”. Tratava-se de um instrumento de luta, de combate:

Estamos empenhados na liquidação do colonialismo, conscientes de que o desenvolvimento econômico não se poderá fazer de maneira adequada, coerente e orgânica, com o máximo de aproveitamento de todos os recursos disponíveis, se não for assistido por um pensamento claro e objetivo, pois sem a teoria do desenvolvimento, não haverá desenvolvimento. (CORBISIER, 1978, p. 273 -274)

Em sua existência curta, porém marcante, o ISEB, por meio de suas conferências, cursos e publicações, exerceu forte influência na ampliação da compreensão da realidade brasileira, numa visão totalizante e crítica. Em virtude da sua importância, o ISEB tem sido estudado por historiadores e pesquisadores na Europa e no Brasil¹⁰. Foi no ISEB que Álvaro Vieira Pinto produziu duas obras de grande importância para o seu pensamento: **Ideologia e Desenvolvimento Nacional** (1956) e **Consciência e Realidade Nacional** (1960). No mesmo período escreveu também **A questão da Universidade** (1962) e **Por que os ricos não fazem greve?** (1962), que apesar de não terem sido publicadas pelo ISEB foram influenciadas pelas discussões que lá ocorriam e pela concepção filosófica que norteou a entidade

⁹ Sobre o IPM do ISEB, são altamente esclarecedoras as obras do isebiano Nelson Werneck Sodré: *A verdade sobre o ISEB* (Avenir, 1978) e *Memórias de um soldado* (Civilização Brasileira, 1967).

¹⁰ Por exemplo, Toledo (1982), Debert (1986), Abreu (1975), Pires (1987), Marinho (1986), Pécaut (1990), Vale (2006).

naquele período.

Ideias pedagógicas: contribuições de Álvaro Vieira Pinto

As ideias de Álvaro Vieira Pinto sobre educação encontram-se dispersas em vários momentos das suas obras. Ele foi um verdadeiro “Mestre da Educação” porque abriu caminhos para a reflexão sobre o que é ensinar e aprender, sobre a relação educador-educando, sobre os conceitos de educação, alfabetização, educação de adultos, concepção ingênua ou crítica da educação, conteúdo e forma da educação, papel da Universidade, formação do educador e outros temas atuais e relevantes. Pode-se argumentar que as suas ideias são ainda hoje pertinentes e que merecem ser debatidas. Neste artigo, exploramos algumas das suas ideias pedagógicas presentes nas obras **Consciência e realidade nacional** (CRN), **Ideologia e desenvolvimento nacional**, **Sete lições sobre educação de adultos** e **A questão da universidade**.

Em 1966, nas conferências proferidas no Chile (publicadas posteriormente com o título **Sete lições sobre educação de adultos**), Álvaro Vieira Pinto apresentava um conceito de educação inovador e crítico, na medida em que deixa de lado a conceitualização de educação em seu significado restrito e parte para a apresentação de um conceito amplo: educação é a formação do homem pela sociedade. Em decorrência deste conceito, caracteriza-a como um processo: a formação do homem. Para ele, a educação é um fato existencial (configura o homem em toda a sua realidade), é um fato social (refere-se à sociedade como um todo), é um fenômeno cultural (transmissão integrada da cultura), não é uniforme para todos os membros da sociedade, desenvolve-se sobre o fundamento do processo econômico da sociedade, é uma atividade teleológica (sempre visa um fim), é uma modalidade de trabalho social, é um fato de ordem consciente, é um processo exponencial (multiplica-se por si mesma, a partir de sua própria realização), é por natureza contraditória (implica na conservação e criação do saber existente).

Também em **Sete lições** Vieira Pinto (PINTO, 1989) apresenta dois conceitos extremamente ricos para compreensão da educação: o conceito ingênuo e o crítico. No primeiro, o conteúdo da educação está definido pela totalidade dos conhecimentos transmitidos do professor ao aluno. Nessa perspectiva ingênua, o conteúdo da educação é constituído apenas pela “matéria” do ensino. Na concepção do autor, o conteúdo da educação incorpora, além da matéria de ensino, a totalidade das condições existentes: o professor, o aluno, ambos com todas as suas condições sociais e pessoais; as instalações da escola; os livros e os materiais didáticos; as condições da escola etc. O conceito crítico do conteúdo envolve a totalidade do processo educativo, que está sempre presente em cada ato pedagógico. O conteúdo da educação e sua forma, que não podem ser considerados separados, têm caráter eminentemente social e, portanto, histórico.

A forma da educação no conceito ingênuo é reduzida a procedimentos pedagógicos e o método, à maneira de transmitir o conhecimento. A forma da educação, na consciência crítica, tem que ser aquela que permita a grandes camadas da população passarem à etapa imediatamente seguinte em seu processo de desenvolvimento. Conteúdo e forma da educação significam, para Vieira Pinto, mais que a simples coexistência e justaposição de fatores; representam uma unidade real, isto é, a dependência recíproca de um ao outro. Ele resume todo o processo educacional em sua essencial relação de conteúdo e forma em quatro questões: A quem educar? Quem educa? Com que fins? Por que meios? As respostas a essas perguntas são totalmente diferenciadas para a consciência ingênua e para a consciência crítica. Estas quatro questões constituem uma unidade, em aspectos de uma só totalidade.

A quem educar? Para Vieira Pinto, a consciência ingênua, ainda que não o declare, não deseja que todos sejam instruídos. A consciência crítica compreende que todos devem ser instruídos e hão de sê-lo. O descrédito oferecido à educação parece confirmar este intento da consciência ingênua, que em

medidas práticas pode ser visto na ausência de uma política nacional de educação, pela contínua desigualdade no acesso a uma educação ampliada e de qualidade, na desvalorização do professor, nas precárias condições de infraestrutura em muitas escolas, na carência de recursos materiais, na fragilidade e inoperância na educação de adultos, na pulverização das políticas e programas educacionais (os quais não constituem um projeto educacional amplo e consistente, claro e consciente) etc. A consciência crítica raramente é encontrada entre os gestores educacionais, geralmente oriundos de setores conservadores e, por outro lado, pode ser encontrada entre intelectuais, pesquisadores, professores, sindicatos, movimentos sociais variados, entidades acadêmicas e profissionais, sempre engajados nas lutas pelos avanços na qualidade da educação.

Quem educa? Para Vieira Pinto, o educador deveria ser portador da consciência mais avançada de seu meio, isto é, ter uma noção crítica de seu papel, refletir sobre o significado de sua missão profissional e sobre as finalidades de sua ação. *Com que finalidade?* pergunta Vieira Pinto. Enquanto a consciência ingênua oculta ou dissimula as reais finalidades da educação, a consciência crítica torna “clara” a finalidade da educação: “deve visar a transformação da nação, se é arrasada, em país progressista, no mesmo plano das comunidades nacionalistas mais desenvolvidas” (PINTO, 1989, p. 49). A educação, em sua finalidade, deve ser “popular” (por origem e conteúdo), igual para todos em quantidade e qualidade.

A questão *Por que meios?* refere-se ao método e às circunstâncias materiais nas quais se cumpre o processo educacional. Álvaro Vieira Pinto diz que não devemos superestimar o “método”, como faz a consciência ingênua. Destaca, dessa forma, a importância das condições materiais da escola, que representa o primeiro “produto” social que está feito exclusivamente para as crianças. Segundo ele, a ideia da educação (implícita ou explícita) “dirige o processo educacional” (PINTO, 1989, 51), pois “não há educação sem teoria da educação”. Esta teoria da educação necessitaria estar à frente da prática atual, ou seja, situar-se como proposta avançada em relação à anterior, fundamentando uma prática inovadora e a favor das massas populares.

As concepções ingênua e crítica, detalhadas por Vieira Pinto em **Consciência e realidade nacional** (PINTO, 1960), não são empregadas pelo autor apenas para diferenciar conteúdo e forma da educação. Estas duas concepções mereceram destaque especial pelo autor, quando este pretendeu relacioná-las mais diretamente com a prática pedagógica. O autor afirma que a concepção ingênua considera o educando como “ignorante” em sentido absoluto, como puro “objeto” da educação. Supõe que o professor é apenas o transmissor de uma mensagem, de um conjunto de noções. Esta mesma consciência concebe que a educação é um dever moral da fração adulta, educada e dirigente da sociedade.

A concepção crítica é a antítese da ingênua. Para esta consciência, o educando é “sabedor e desconhecedor” ao mesmo tempo; é o “sujeito” da educação (e nunca objeto dela). Por não ser “ignorante”, o novo conhecimento soma-se aos anteriores incorporados. Vieira Pinto considera que o adulto não alfabetizado é culto, conhecedor, “um trabalhador trabalhado”. A concepção ingênua é essencialmente autoritária, na medida em que considera o educando como desconhecedor, como alguém que deverá receber o conhecimento do educador. O educador por sua vez é superior, único conhecedor.

A perspectiva crítica é dialógica, onde educador e educandos aprendem e ao mesmo tempo ensinam. Afetam-se mutuamente nesse “encontro amistoso”, dialógico, cujo resultado é a consciência transformada, tal como propõe Maria Luisa Santos Ribeiro em seu livro **Educação escolar e práxis** (RIBEIRO, 1991). O próprio Vieira Pinto encerra **Sete lições** afirmando que o importante é deixar claramente estabelecida a tese fundamental da teoria pedagógica crítica: “no processo de educação não há uma desigualdade essencial entre dois seres, mas um encontro amistoso pelo qual um a outro se educam reciprocamente” (PINTO, 1989, p. 118).

Outra produtiva reflexão crítica anunciada por Vieira Pinto ao abordar as concepções ingênua e

crítica é o conceito de saber implícito em cada uma delas. Para a consciência ingênua, o saber representa um conjunto de conhecimentos absolutos, abstratos e a-históricos. Já para a consciência crítica, saber é produto da existência real, objetiva, concreta, material do homem em seu mundo, imprimindo-se em seu espírito sob a forma de ideias ou pensamentos que se concatenam regularmente; nessa concepção, o saber é: relativo, concreto, existencial, empírico, racional, histórico, não-dogmático e fecundo. Assim, a visão de mundo, ou seja, a consciência do educador, determinará seu tipo de prática e concepção de saber. Orientando a sua ação docente numa ou outra concepção, esse educador acaba por inculcar no aluno a mesma concepção de saber, a mesma consciência, a mesma visão de mundo.

O conceito crítico da educação, formulado por Vieira Pinto, contribui para uma compreensão inovadora na relação educacional. A relação educacional é essencialmente recíproca, é uma troca de experiência, um diálogo, um “encontro de consciências”. O educando, por seu lado, sendo reconhecido como sujeito se comporta como tal, sente sua relação com o professor como cooperação num ato comum. Pode dar expansão a seus estímulos interiores de autocriação, ao mesmo tempo em que se sente atuante sobre o processo social pelo fato de estar instruindo-se, alfabetizando-se.

A alienação educacional foi outro aspecto abordado por Álvaro Vieira Pinto. Para ele, a alienação é característica da pedagogia nos países em vias de desenvolvimento e a pedagogia é um dos campos prediletos ao exercício da consciência alienada. O pedagogo e os intelectuais do país pobre geralmente buscam imitar a produção das nações ricas, o que resulta nos fenômenos de “mimetismo e transplantação cultural”. A educação, para Vieira Pinto, é uma prática social, intransferível de uma sociedade para outra. O educador crítico tem a importante tarefa de estudar todas as formas de alienação que imperam na sociedade e no meio educacional. Para isso, precisa aceitar “ser do país” para compreender o “ser” do país. Neste ponto, o autor sugere um nacionalismo, que não é, ou pelo menos não parece ser, um nacionalismo exacerbado, xenófobo; não significa um isolamento do país das outras nações, pois

[...] toda a produção cultural estrangeira tem que ser recebida, estudada, assimilada, porém submetida a um exame crítico de maneira que se conserve aquilo que se revela útil à tarefa nacional, e isso apenas em virtude de razões internas (não por efeito de prestígio). Esta é a fase de assimilação crítica. (PINTO, 1989, p. 55)

Retomando as reflexões sobre a alienação, encontramos em Vieira Pinto a definição do poder da educação não alienada: somente este tipo de educação “pode servir aos objetivos da sociedade em luta pelo seu desenvolvimento e pela transformação da vida do homem” (PINTO, 1989, p. 55). Vieira Pinto apresenta importantes observações sobre a educação enquanto produto cultural da sociedade em cada fase da evolução histórica, refletindo os interesses dominantes, os daqueles que têm a direção da comunidade.

O adulto é o homem na fase mais rica de sua existência, mais plena de potencialidades. Exerce importante papel na sociedade, chegando até a ser líder de movimentos sociais, por isso, é necessário alfabetizá-lo para ampliar ainda mais as suas possibilidades. Vieira Pinto considera que a educação do adulto não pode ser conseguida em separado da educação da criança, porque o adulto não considera necessário saber ao menos tanto quanto seus filhos. De outro lado, como um processo “exponencial”, o adulto educado, que teve acesso à escolarização, acaba por valorizar ainda mais a educação de seus filhos, passa a exigir mais escolaridade para si e para seus filhos, pois seu grau de consciência, mais ampliado, orienta-o para isso.

Sendo o adulto um membro atuante na sociedade, esta sua capacidade de influir socialmente amplia-se com a sua educação: “Não é o homem que eleva consigo o mundo, e sim o mundo que se eleva que eleva consigo o homem” (PINTO, 1989, p. 84). Neste processo educativo, o que compete ao educador

é praticar um método crítico de educação de adultos que dê ao aluno a oportunidade de alcançar a “consciência crítica instruída”. O que o adulto necessita aprender? Vieira Pinto considera necessário que o adulto aprenda os elementos básicos do saber letrado: as primeiras letras, a escrita, os rudimentos da matemática, que possuem significado “instrumental”, pois possibilitam o educando a chegar, a saber, para o “mais saber”.

Qual o método para a educação de adultos? Na concepção de Vieira Pinto, este método não pode ser imposto ao aluno e sim deve “criado por ele no convívio do trabalho educativo com o educador”. As próprias palavras motivadoras pelas quais inicia sua aprendizagem da leitura e da escrita não podem ser determinadas pelo professor, mas devem ser proporcionadas pelo próprio alfabetizando. Na concepção ingênua os métodos são impostos aos educandos, justamente porque são tidos como “ignorantes absolutos”, o que não ocorre na concepção crítica, defendida por Vieira Pinto. O método utilizado na educação das crianças não serve para a educação de adultos. A concepção ingênua considera o adulto analfabeto como uma criança que cessou de desenvolver-se culturalmente. Por isso, procura aplicar-lhe os mesmos métodos de ensino e até utiliza as “cartilhas” que ainda são utilizadas para a infância. A esta atitude extremamente negativa, Álvaro denomina de “infantilização” do adulto, pois o adulto é um sabedor, é um membro trabalhador, atuante e pensante em sua comunidade.

Uma importante contribuição de Vieira Pinto foi a visão crítica que ele desenvolveu sobre a questão do analfabetismo. Para ele, a definição do analfabeto como alguém que “não sabe ler” é espontânea, vulgar, ingênua. É uma definição literal, etimológica, mas imprópria, pois não apreende a essência da realidade concreta do homem analfabeto. O analfabeto, em sua essência, é aquele que por suas condições concretas de existência, “não necessita ler”. O necessitar da leitura e da escrita é de caráter social, que tem por fundamento o trabalho. A leitura e a escrita são dois dos recursos a que o indivíduo recorre para a execução de um trabalho que não pode ser feito sem esse conhecimento. Assim, “pode-se dizer que é o trabalho que alfabetiza ou analfabetiza o homem” (PINTO, 1989, p. 93).

A consciência ingênua é fértil em atitudes referentes ao analfabetismo. As causas são vistas sempre como um vício de formação individual, pelo qual é responsável o próprio analfabeto ou sua família e jamais a sociedade como um todo. Esta mesma consciência considera-o como um “mal, uma enfermidade social, uma epidemia, uma erva daninha” que precisa ser erradicado, combatido. O autor insiste que não deve haver “campanhas” contra o analfabetismo (que partem do conceito de analfabeto como “inimigo” ou “infiel”), mas deveria haver apenas a

[...] ação normal, constante e intensa do poder público para dar instrução aos iletrados, dentro de um programa que começaria por atuar sobre as causas sociais do analfabetismo, as quais se resumem no grau de atraso do desenvolvimento econômico da sociedade e ausência de real soberania nacional. (PINTO, 1989, p. 95)

Sobre as “campanhas” de alfabetização, o autor refere-se em CRN (vol. 2) que estas correm o risco de estar custeando o analfabetismo de outras massas proletárias e camponesas, pois nestas campanhas muitos recursos são dispendidos, muitas vezes sem resultados concretos. Em relação aos índices estatísticos do analfabetismo, a consciência crítica não os rejeita nem os aceita incondicionalmente. Os índices, curvas e gráficos revelam fatos sociais, que só podem ser entendidos em profundidade quando são relacionados com seu significado humano. Estes dados não podem ser comparados diretamente, mas somente interpretados em função do processo histórico geral e do desenvolvimento de cada entidade nacional. Daí a rejeição da consciência crítica ao excessivo tecnicismo das análises estatísticas. Enquanto isso, na consciência ingênua o índice pretende substituir os fatos.

Para Vieira Pinto, o adulto se torna analfabeto porque as condições materiais de sua existência lhe permitem sobreviver dessa forma, com um mínimo de conhecimentos, aprendidos pela aprendizagem

oral, que se identifica com a própria convivência social. Apesar de ser ajudado pelo professor, o processo de alfabetização é endógeno, é um fenômeno de conversão da consciência pela apropriação de uma realidade que é a do homem, mas que lhe permanecia oculta ou pela qual não se interessava. A sociedade em geral e o pedagogo alienado em particular “jamais compreenderá que o analfabetismo é um grau do processo de educação, e não ausência de educação” (PINTO, 1960b, p. 383).

O sujeito da alfabetização é o próprio analfabeto. Em vez de ser objeto da ação do educador, é o próprio sujeito de sua transformação pessoal. O primeiro passo para a constituição da autoconsciência crítica do trabalhador está em fazê-lo tornar-se observador consciente de sua realidade, refletir e discutir sobre ela. “A alfabetização decorre como consequência imediata da visão da realidade, associando-se a imagem da palavra à imagem de uma situação concreta”. (PINTO, 1989, p. 99). É importante compreender que o analfabeto, como adulto atual, vive numa sociedade letrada e por isso suas exigências culturais implícitas são as da linguagem alfabética, que é a do seu meio. Segundo Vieira Pinto (1989),

Basta, portanto, retirá-lo das condições inferiores de existência em que vive e fazê-lo compreender sua realidade para que imediatamente incorpore o saber letrado como elemento natural da consciência crítica, que começa a produzir para si. (p. 100)

Para Vieira Pinto, nada resolverá o problema do analfabetismo se esse ganho for apenas formal e simbólico, ou seja, se estes alfabetizados recaírem no analfabetismo prático que é a ausência do “livro” ou não precisarem ler no seu dia a dia. A ausência do livro revela a falta de uma política cultural para o país, enquanto o fato de não precisar ler revela a simplicidade das formas de trabalho. É necessário que além da alfabetização sejam alteradas as causas sociais do analfabetismo. Por isso, o autor afirma que, em virtude da necessidade destas alterações sociais, o comando geral do processo educativo não deve estar nas mãos dos iniciados na Pedagogia e na Didática, mas sim dos dirigentes políticos, pois “estes é que devem ter a compreensão necessária para organizar o estado social propício ao desenrolar do processo educativo superior” (PINTO, 1960b, p. 385). Essa afirmação pode ser questionada na realidade atual, visto que grande parte dos dirigentes políticos da atualidade demonstram pouco conhecimento das especificidades da educação, pouca sensibilidade com relação às demandas educacionais e sociais, geralmente representam setores conservadores e elitistas da sociedade. De modo geral, não estão dispostos a travar a luta por uma educação quantitativa e qualitativamente diferenciada daquela que até agora foi ofertada.

A formação do educador, um dos temas mais discutidos na atualidade, foi também contemplada por Vieira Pinto. A pergunta fundamental da qual parte o autor é *quem educa o educador?* Para a consciência ingênua, quem educa o educador é outro educador. Para a consciência crítica, quem o educa é a sociedade. É sempre a sociedade que dita a concepção que cada educador tem do seu papel, do modo de executá-lo, das finalidades de sua ação, de acordo com a posição que o próprio educador ocupa na sociedade. O educador deve compreender que a fonte de sua aprendizagem, de sua formação, é sempre a sociedade. A etapa de desenvolvimento econômico e cultural da sociedade determina as possibilidades quantitativas e qualitativas da educação, a formação do educador, a distribuição do ensino escolarizado entre os membros da comunidade.

Com a rápida mudança da realidade, o reajuste da consciência de muitos educadores não se faz imediatamente e grande parte dos educadores representa, nesse momento, um fator de inércia. Nessas condições, seu papel se torna pouco rentável ou francamente negativo, reacionário, por não poderem se adaptar às novas exigências da realidade. Isso ocorre porque falta ao professor a noção crítica de seu papel. Enquanto se encontrar com relativa frequência entre os educadores um conceito ingênuo de si mesmos, da educação e da realidade nacional, os educadores não estarão à altura de seu papel na sociedade. Apesar de alguns educadores não acompanharem o processo de desenvolvimento, a

sociedade os educa em um processo sem fim e de complexidade crescente. Compete ao professor esforçar-se por praticar os métodos mais adequados em seu ensino; analisar a sua própria realidade pessoal como educador; examinar com autoconsciência crítica sua conduta, seu desempenho, com a intenção de ver se está cumprindo aquilo que sua consciência crítica da realidade nacional lhe assinala como sua correta atividade.

A capacitação crescente e permanente do professor se faz, segundo Álvaro Vieira Pinto, por duas vias: a via externa, representada por cursos de aperfeiçoamento, seminários, leitura de periódicos especializados etc. e a via interior, que é a indagação que cada professor se submete, relativa ao cumprimento de seu papel social. Auxiliam neste processo de indagação o debate coletivo, a crítica recíproca, a permuta de pontos de vista, para que educadores conheçam a opinião de seus colegas sobre problemas comuns, as sugestões que os outros fazem.

O educador precisa acompanhar o movimento da realidade e a forma mais perfeita na qual pode realizar este intento é permanecer em constante “vinculação com o povo”. O educador necessita compreender a natureza necessariamente culta de seu país. Como o contexto social se define primordialmente pela situação vivida pelo povo como um todo, o educador, para poder ser um homem autenticamente culto, tem que estar ligado às origens da única espécie de cultura que lhe é acessível: a sua. É sempre uma atitude ingênua considerar a formação do educador e seu constante aperfeiçoamento como simples “treinamento individual”. Ao contrário, é o progresso de sua consciência crítica de si e do mundo que lhe fará cada vez mais competente em seu ofício e mais culto como intelectual.

Sobre a questão “educação e desenvolvimento nacional”, encontramos em Vieira Pinto importantes contribuições. Defendendo a necessidade de uma ideologia de desenvolvimento nacional, Álvaro Vieira Pinto e os demais estudiosos do ISEB logo perceberam o papel a ser desempenhado pela educação como instrumento de difusão desta ideologia e como polo dialético do processo de desenvolvimento. Conforme Álvaro Vieira Pinto, “a educação não precede o desenvolvimento, acompanha-o contemporaneamente. Entre ambos existe uma tensão dialética que os condiciona mutuamente” (PINTO, 1960b, 118). Segundo ele, as tarefas e desafios que a realidade apresenta ao homem são complexas e difíceis de penetrar e entender, não sendo possível aceitá-los e realizá-los de forma intuitiva, sem preparo e sem consciência. Aqui se situa a educação, que é justamente “a consciência destas tarefas e a mobilização dos meios e recursos adequados para realizá-las” (PINTO, 1960b, p. 118). Assim, no final da década de 1950, já eram claramente afirmadas no Brasil a íntima relação existente entre educação e desenvolvimento e a necessidade de a educação ser integralmente planejada, de forma a articulá-la com o planejamento econômico e social global. Essa visão de educação foi responsável pela introdução da ideia de um plano nacional de educação como elemento novo nos debates sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, à mesma época, agitava o Congresso.

Na década de 1950-1960, a ideia de planejamento econômico crescia rapidamente, ligada à euforia desenvolvimentista. Deste modo, quando o projeto de Lei de Diretrizes e Bases entrou novamente na ordem do dia na Câmara dos Deputados, as concepções de planejamento e de educação-desenvolvimento articuladas por Vieira Pinto não ficaram fora dos debates que se travaram entre os parlamentares, nem tampouco deixaram de aparecer nas discussões que, a respeito do projeto, travavam-se entre os educadores e na imprensa. Entretanto, adoção do princípio do planejamento da educação em nível nacional não obteve a aprovação do plenário. As principais objeções levantadas salientavam o perigo de que a atividade planificadora do Estado pudesse conduzir ao totalitarismo. Em outras palavras, opunham-se ao planejamento em nome da liberdade. Desta forma desapareceu a oportunidade de se concretizar, na Lei de Diretrizes e Bases de 1961, a ideia de um “Plano Nacional de Educação”.

A “educação popular para o desenvolvimento” é um dos princípios de política nacionalista, apresentada no segundo volume de **Consciência e realidade nacional**. Dentro deste princípio, Vieira Pinto destaca que o desenvolvimento implica o progresso da consciência, e este é acelerado pela educação, “mas para que isso aconteça faz-se preciso que a educação vise à totalidade das massas trabalhadoras e se descaracterize cada vez mais como privilégio das elites” (PINTO, 1960b, p. 502).

A respeito da Universidade brasileira, Vieira Pinto apresenta reflexões igualmente ricas em seu livro **A questão da universidade**. Falando aos estudantes da UNE em 1962 sobre a necessária reforma universitária, diz o autor que a Universidade é (era) arcaica, um centro distribuidor de alienação cultural do país e por isso precisa de reformas. É nessa obra que encontramos uma tese central na visão político-pedagógica de Vieira Pinto: “Ora, aqui está o vício radical desta atitude: não indagar por que estes alunos entraram para a universidade e por que milhões de outros não entraram”. Isso ocorre porque a universidade representa o instrumento mais eficaz para assegurar o comando ideológico da classe dirigente.

Para Vieira Pinto, as elites possuem aparelhos permanentes de dominação para se manterem no poder e a universidade é um deles. Sua função básica é ideológica: num país atrasado, é a de difundir conhecimentos divorciados dos objetivos nacionais e reforçar os postulados da consciência ingênua. Os candidatos a “doutor” são selecionados entre os filhos da classe dominante e os cooptáveis. Eles serão os novos administradores, advogados, engenheiros, médicos, professores, que perpetuarão o poder de classe e a dominação econômica e cultural da metrópole. Por isso, mudar a universidade não significa alterar currículos ou administrá-la melhor, mas alterar a sua essência. Ela deverá tornar-se apta a receber o numeroso contingente de candidatos até agora expulsos dos cursos superiores. Neste início do século XXI, muitos estudantes que ingressam na universidade já constituem população um pouco mais diversificada, não sendo originários apenas das classes dominantes, mas também das classes baixa e média. Isso é fruto do crescimento do país. A universidade não pode ser fábrica de diplomas ou instrumento da ideologia do poder, mas deve ser um agente de desenvolvimento da ação e do combate à miséria e ao atraso.

Para Vieira Pinto, “a universidade não foi concebida nem é dirigida em função do trabalho social útil, mas do estudo ocioso, da cultura alienada, da pesquisa fortuita e sem finalidade imperiosa” (PINTO, 1986, p. 27). A partir de críticas como estas, Vieira Pinto pretende demonstrar que a universidade acaba assumindo uma função apenas cartorial, burocrática, e não cumpre o seu verdadeiro papel; nela há alienação e erudição, está desligada das reais necessidades da sociedade e não forma a consciência necessária às mudanças. Ao ponderar sobre como a universidade está desligada do trabalho e preocupada apenas com a erudição, o autor lembra a criação das “universidades do trabalho”, numa irônica referência à universidade da erudição. Assim como não é suficiente alfabetizar o adulto sem alterar as condições sociais objetivas que atuam para que haja analfabetos, a reforma universitária solicitada pelo estudante na década de 1960 indica a necessidade de uma reforma na sociedade e não apenas na universidade.

Sobre as situações mais concretas do trabalho do professor, Vieira Pinto diz que “o caminho que o professor escolheu para aprender foi ensinar” (PINTO, 1989, p. 21). Isto quer dizer que, no ato de ensino, ele se defronta com as verdadeiras dificuldades, obstáculos reais, concretos, que precisa superar. A consciência do professor forma-se, altera-se, transforma-se no trabalho, pelo trabalho, na discussão, na reflexão, no “encontro” com a consciência do aluno. Assim, quanto mais elevado for o nível de desenvolvimento nacional (incluindo a educação e as teorias educacionais), mais elevado será o nível da consciência do professor. Esta consciência altera-se para acompanhar os avanços e estes, quando incorporados, facilitam o acesso e entendimento de avanços futuros. Isto não significa apenas uma aceitação conformista, pois é um trabalho de ampliação ativa da própria consciência do professor.

Outra contribuição apontada por Vieira Pinto e que não foi suficientemente detalhada por ele é a ideia da construção de uma “pedagogia filosófica”, que consistiria em reunir dados ou elementos provenientes de quatro setores do saber: da teoria do pensamento (dialética); da organização dos atos do conhecimento em seus diversos pontos; do estado fisiológico ideal da psicologia e da teoria do desenvolvimento humano, essencialmente histórico, marcado pelas diferentes culturas e civilizações. Para ele, a política, a técnica e as ciências têm que ser consideradas na pedagogia, na teoria da pedagogia, para poder unificar e ao mesmo tempo “inspirar a verdade pedagógica nos diversos campos que se desdobra” (PINTO, 1989, p. 23). Esses aspectos faziam parte de um livro sobre pedagogia que Vieira Pinto pensou em escrever, mas que infelizmente não chegou a ser concluído. Sobre a pedagogia, considera que “o grande defeito que encontro nos educadores é principalmente o de procurar uma pedagogia pronta, quando não existe essa pedagogia pronta. E se existisse seria imprestável”. E completa:

[...] a pedagogia nasce no tempo da escravidão antiga, onde o escravo era o educador que tinha que ser educado com o próprio ato de tratar as crianças que lhe eram confiadas. Atualmente, de uma certa maneira, isso tem que ser feito, pelo educador, mas com uma consciência científica. (PINTO, 1989, p. 23)

Em virtude de sua consciência ingênua (conforme a definição de Vieira Pinto em CRN), o pedagogo alienado pode transformar teorias ricas e esclarecedoras em discursos vazios, frágeis e nulos. Consegue transformar “práticas” fundamentadas e sólidas em métodos autoritários, impraticáveis e rígidos. Para ele, o pedagogo alienado, burocrata de gabinete, aceita cômoda e pacificamente as ordens, decisões e legislações emanadas de órgãos centrais também burocráticos, bem como os consolida na prática, sem oferecer qualquer resistência, justamente por faltarem-lhe os instrumentos da consciência crítica. Os pedagogos desse tipo tornam-se impotentes, vazios, comandados e, o que é pior, isolados uns dos outros, o que mais ainda os enfraquece e impede a discussão e reflexão coletiva, fundamentais para a superação da sua própria alienação imposta, cristalizada em sua consciência ingênua. O seu sentimento de acomodação, impotência e conformismo torna-os suscetíveis à pressão de seus dirigentes e companheiros de igual consciência. E é assim que a escola, o processo educacional, as teorias e políticas educacionais vão perdendo a sua vitalidade para a mudança, para a transformação.

Considerações finais

Neste artigo apresentamos parte das ideias pedagógicas de Álvaro Vieira Pinto, presentes em algumas de suas obras. Outras contribuições podem ser extraídas a partir, principalmente, das obras publicadas nos últimos anos (2005 e 2008), bem como a partir das pesquisas mais recentes que têm sido produzidas a respeito de Álvaro Vieira Pinto ou com base em sua obra. De modo geral, pode-se considerar que as ideias de Álvaro Vieira Pinto sobre educação são instigantes, inspiradoras e merecem ser objeto de maior atenção dos pesquisadores e professores em geral.

Um aspecto que chama a atenção na obra desse filósofo é a busca incessante por analisar a realidade da forma mais totalizante possível, buscando considerar as múltiplas determinações e relações. Nesse aspecto, ele deixa claro que soluções pontuais, seja para a alfabetização de adultos ou no concernente às reformas na universidade, não são suficientes, visto que são necessárias mudanças mais substantivas na sociedade em geral.

É importante destacar o papel essencial que Álvaro Vieira Pinto concede à escola, ao processo de escolarização e à relação pedagógica. As formulações que ele apresenta, ao explicitar as características da consciência crítica, são fundamentais para compreender a sua visão sobre o papel da educação e da escola, bem como o papel do conhecimento e dos efeitos do processo educativo nas consciências dos sujeitos.

Fáveri (2008), ao apresentar a obra *A sociologia dos países subdesenvolvidos*, diz que Álvaro Vieira Pinto “foi o maior filósofo brasileiro, que também deu grandes contribuições à filosofia da educação, à sociologia e à crítica epistemológica” (p. 11). No atual momento, em que muitos pesquisadores destacam a necessidade do aprofundamento teórico das pesquisas, da explicitação das perspectivas epistemológicas, do desenvolvimento de pesquisa de natureza teórica e da exploração das contribuições de autores latinoamericanos (e.g. MAINARDES, 2009; TELLO; MAINARDES, 2012, 2015), consideramos que as obras de Álvaro Vieira Pinto constituem um ponto de partida consistente.

Referências

- ABREU, A. A. *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur ISEB*. 1975. 303 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Université Rene-Descartes, Paris V, Paris, 1975.
- BARBOSA E SILVA, R. Abordagem crítica de robótica educacional: Álvaro Vieira Pinto e Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade. 2012. 145 f. *Dissertação* (Mestrado em Tecnologia e Sociedade). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Curitiba, 2012.
- BEISIEGEL, C. R. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982.
- BOJUNGA, C. O risco de pensar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 ago. 1987. p. 10.
- CAMPOS, D. M. A filosofia e a trajetória de Álvaro Vieira Pinto no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) 1956 – 1964. 2011. 187 f. *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.
- CASTORIADIS, C. *Os destinos do totalitarismo*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- COSTA E SILVA, G. A absolutização da póiesis: Vieira Pinto e o desafio da tecnologia no campo pedagógico. *Fronteiras da Educação*, Recife, v.1, n.1, p. 1-27, 2011.
- CORBISIER, R. *Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da práxis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CORBISIER, R. Morte de um sábio. *Jornal do Brasil*, 5 jul. 1987. p. 9.
- CÔRTEZ, N. *Esperança e democracia: as idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- COSTA E SILVA, G. Tecnologia, educação e tecnocentrismo: as contribuições de Álvaro Vieira Pinto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 94, n. 238, p. 839-857, set./dez. 2013.
- DEBERT, G. G. A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG). 1986. 461 f. *Tese* (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- DIAS, S. S. Em busca dos fundamentos da teoria educacional de Álvaro Vieira Pinto. 2002. 182 f. *Dissertação* (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, 2002.
- DIAS, S. S.; ARAÚJO, J. C. S. A concepção de educação nacional-popular em Vieira Pinto. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 103-108, 2002.
- FÁVERI, J. E. (Org.). *O legado de Álvaro Vieira Pinto na voz de seus contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2012.
- FÁVERI, J. E. *Álvaro Vieira Pinto: contribuições à educação libertadora de Paulo Freire*. Brasília: LiberArs, 2014.

- FÁVERI, J. E. Apresentação. In: PINTO, A. V. *A sociologia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 11-17.
- FREITAS, M. C. Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama. São Paulo: Cortez, 1998.
- FREITAS, M. C. Economia e educação: a contribuição de Álvaro Vieira Pinto para o estudo histórico da tecnologia. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 80-95, jan./abr. 2006.
- JAGUARIBE, H. ISEB – um breve depoimento e uma reapreciação crítica. *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 94-110, out./nov. 1979.
- LIMA, M. F. Atualidade do pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da universidade brasileira. 2013. 162 f. *Tese* (Doutorado em Educação) –Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- LIMA, M. F. As bases do pensamento do filósofo Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) e sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). *Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 485-515, abr./jun. 2015a.
- LIMA, M. F. Álvaro Borges Vieira Pinto na esquerda brasileira (1961-1964). *Revista Café com Sociologia*, [online], v. 4, p. 100-113, 2015b.
- LIMA, M. F. ; MICHELOTTO, R. M. Notas sobre a posição de Roque Spencer Maciel de Barros e Álvaro Borges Vieira Pinto sobre a reforma da universidade brasileira na década de 1960. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, Curitiba, v. 10, p. 18-30, 2015.
- MAIA, J. M. E. Projeto, democracia e nacionalismo em Álvaro Vieira Pinto: Comentários sobre “Ideologia e desenvolvimento nacional”. *Revista Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 337-344, 2013.
- MAINARDES, J. *Relatório Final da Pesquisa “Reconstrução histórica da Vida e Obra de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987)”*. Ponta Grossa: UEPG, 1992. Disponível em: <www.researchgate.net>. Acesso em: 18 nov. 2015.
- MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *Contrapontos*, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr. 2009.
- MARTINI, R. R. *Álvaro Vieira Pinto: massas, nacionalismo e cultura na realidade social*. 2008. 162 f. *Tese* (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara, Araraquara, 2008.
- MARINHO, L. C. O. O ISEB em seu momento histórico. 1986. 169 f. *Dissertação* (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PENNA, L. A. Vieira Pinto, o Filósofo das massas. *Revista de Ciência Política*, v. 44, p. 81-104, 2011.
- PINTO, A. V. Estudos e pesquisas científicas I. *Cultura política*, v. I, n. I, p. 265-267. 1941a.
- PINTO, A. V. Estudos e pesquisas científicas II. *Cultura política*, v. I, n. 2, p. 270-273. 1941b.
- PINTO, A. V. Estudos e pesquisas científicas III. *Cultura política*, I, n. 3, p. 278-280. 1941c.
- PINTO, A. V. Estudos e pesquisas científicas IV. *Cultura política*, I, n. 5, p. 286-288. 1941d.
- PINTO, A. V. Estudos e pesquisas científicas V. *Cultura política*. I, n. 6, p. 292-294. 1941e.
- PINTO, A. V. Estudos e pesquisas científicas VI. *Cultura política*, v. I, n. 7, p. 309-311. 1941f.

- PINTO, A. V. Estudos e pesquisas científicas VII. *Cultura política*, v. 1, n. 8, p. 284-286. 1941g.
- PINTO, A. V. Estudos e pesquisas científicas VIII. *Cultura política*, v. 2, n.12, p. 256-258.1942a.
- PINTO, A. V. Estudos e pesquisas científicas IX. *Cultura política*, v, 2, n. 14, p. 238-239. 1942b.
- PINTO, A.V. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.
- PINTO, A. V. *Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960a. v. 1: A consciência ingênua.
- PINTO, A. V. *Consciência e realidade nacional: a consciência crítica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960b. v. 2: A consciência crítica.
- PINTO, A. V. P. *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- PINTO, A. V. Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 252-279, ju1. 1963.
- PINTO, A. V. *El pensamiento crítico en demografía*. Santiago do Chile: CELADE, 1973.
- PINTO, A. V. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- PINTO, A. V. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez, 1986.
- PINTO, A. V. *Sete lições sobre educação de adultos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- PINTO, A. V. *O conceito de tecnologia*. São Paulo: Contraponto, 2005. 2 v.
- PINTO, A. V. *A sociologia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- QUELUZ, G. L.; MERKLE, L. E. Tecnologia, cultura e desenvolvimento em Álvaro Vieira Pinto e Darcy Ribeiro nas décadas de 1950-60. *Espacios*, Caracas, v. 33, n.1, p. 36, 2012.
- RIBEIRO, M. L. S. *Educação escolar e práxis*. São Paulo: Iglú, 1991.
- ROUX, J. *Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- SAVIANI, D. Tributo a Álvaro Vieira Pinto. *Educação & Sociedade*, Campinas. v. 9, n. 27, p.147-149, set. 1987a.
- SAVIANI, D. Gilberto Freyre e Álvaro Vieira Pinto. *Revista Brasileira de Estudos pedagógicos*, Brasília, v.68, n.159, p. 277-278, mai./ago. 1987b.
- SCHWARTZMAN, S. *O pensamento nacionalista e os cadernos do nosso tempo*. Brasília: UnB, 1979.
- SMULEVICH, B. I. *Criticas de las teorías y la política burguesas de la población*. Tradução de Álvaro Vieira Pinto. Santiago de Chile: CELADE, 1971.
- SODRÉ, N. W. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SODRÉ, N. W. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- SODRÉ, N. W. *História da história nova*. Petrópolis; Vozes, 1986.
- SOUZA, A. A. *Consciência social e realidade nacional em Álvaro Vieira Pinto*. Londrina: Eduel, 1999.
- TELLO, C.; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: Debates teóricos en torno a las perspectivas neomarxista, pluralista y pos-estructuralista. *Archivos*

Analíticos de Políticas Educativas, v. 20, n. 9, p. 1-31, 2012.

TELLO, C.; MAINARDES, J. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan/jun. 2015.

TOLEDO, C. N. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.

VALE, A. M. *O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso na educação*. São Paulo: UNESP, 2006.

* Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e *Honorary Senior Research Associate* - UCL/Institute of Education (Londres). E-mail: jefferson.m@uol.com.br

Recebido em 21/11/2015

Aprovado em 22/12/2015